

FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E CONDUTAS SEXUAIS DESPROTEGIDAS

Luana DALLO¹

RESUMO: Muito se tem falado sobre sexualidade, AIDS e drogas nos últimos anos. Os adolescentes têm questionamentos sobre esses assuntos e necessitam receber respostas de maneira franca e simples. Entretanto, o ambiente escolar e as pessoas que o compõem, na maioria das vezes, não estão preparados para responder estas dúvidas, podendo até mesmo, por meio da sua fala, deixar transparecer estereótipos de gênero, preconceitos e informações distorcidas. É neste sentido, que se pretende, neste trabalho, discutir a formação de multiplicadores para a prevenção ao uso de drogas e sexo desprotegido. Partindo-se de um estudo teórico, propõe-se analisar brevemente o desenvolvimento de programas de prevenção ao uso de drogas, posteriormente as questões importantes que devem ser incluídas nos projetos preventivos às DSTs/AIDS e, por último, sobre a formação de multiplicadores, os quais seriam os próprios alunos e os professores da escola, e que, assim, poderiam estar unidos no mesmo projeto e num processo de corresponsabilidades. Também se vislumbra a possibilidade de contribuição das metodologias participativas e problematizadoras nestes cursos de formação, pois assim os participantes poderão refletir sobre suas próprias crenças e valores, facilitando o processo de mudança e desconstrução de estereótipos.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas. Sexualidade. Formação de multiplicadores. Prevenção nas escolas.

Introdução

Pesquisas indicam que o uso de drogas, de uma maneira geral, é um dos assuntos predominantes na sociedade contemporânea, destacando-se, de um lado, as notícias alarmistas da mídia, e de outro, estudos comprometidos com a ciência. Não somente o tema do uso de drogas como também a abordagem da sexualidade precoce vêm sendo uma constante no meio midiático e acadêmico. Ambos os temas são apontados por cientistas como condutas de risco adotadas por jovens e adolescentes.

Pesquisas sobre essas condutas de risco (FARIAS JÚNIOR et al., 2009; CÂMARA, 2005) têm procurado entender o que leva os jovens a se comportarem de maneira arriscada por meio do consumo de drogas legais e ilegais e nas condutas sexuais desprotegidas, além de outras atitudes que preocupam os estudiosos pela sua frequência elevada, como a condução perigosa automotiva e o envolvimento em situações de violência. Cabe ressaltar, ainda, que os jovens podem envolver-se em mais de um comportamento de risco e que estes podem estar inter-relacionados, como o uso de álcool e acidentes de veículo ou o uso de álcool e não uso de preservativo (FARIAS JÚNIOR et al., 2009).

¹ Doutoranda em Educação. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em Educação. Marília – SP - Brasil. 17525-900 - luana@aol.com.br

Segundo Pillon, O'Brien e Chavez (2005), a literatura deixa em evidência o álcool como a substância que tem maior associação com os comportamentos de risco. Isto devido aos efeitos sobre o comportamento, como a falta de inibição do medo, em função da ação ansiolítica ou a diminuição da capacidade do indivíduo de planejar ações em respostas às situações de ameaça, devido às alterações nas funções cognitivas.

Apoiado na ideia da inter-relação entre os comportamentos de risco, este trabalho tem como objetivo discutir sobre a formação de multiplicadores para programas de prevenção nas escolas a respeito do uso de álcool e outras drogas e das práticas sexuais seguras, buscando correlacionar estes dois temas. Trata-se de um estudo teórico dividido em três partes: 1) programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; 2) sexualidade e programas de prevenção às DSTs/AIDS; 3) proposta de formação direcionada a professores e alunos.

Programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas

Alguns estudos (MALHEIROS; ALVES, 2008; ARANTANGY, 1998) têm se direcionado a uma perspectiva preventiva, voltada, sobretudo, para a adolescência, pois é nessa fase que se inicia o uso de álcool, uma vez que é marcada por muitas e profundas mudanças, tanto físicas quanto psíquicas, tornando os adolescentes mais vulneráveis.

O álcool é a primeira droga e a mais usada pelos adolescentes conforme levantamentos nacionais, esse é um fator preponderante nas ações preventivas visto que as consequências de um beber arriscado não são apenas relacionadas a uma dependência futura e à abertura para o uso de outras drogas, mas também a consequências psicológicas e sociais, tais como: acidente de trânsito, brigas, violência, comportamento sexual de risco, tentativas de suicídio, problemas familiares, laborais e de rendimento acadêmico (LARANJEIRA et al., 2007).

No Brasil, estudos estão analisando programas de prevenção às drogas na escola (CANOLETTI; SOARES, 2005; MALHEIROS; ALVES, 2008), mas mostram dificuldade em avaliar os resultados destes programas. Arantangy (1998) aponta que metodologias preventivas que se utilizam apenas de uma abordagem racional, que enfatizam o saber científico dos efeitos químicos das drogas, ou uma metodologia moralista e de enfoque religioso sobre o tema, que busca definir as drogas em termos de bem ou mal, também não

obtêm resultados preventivos adequados. Da mesma maneira, palestras proferidas por ex-usuários podem ser contraproducentes, uma vez que alimentar a sensação de onipotência, característica da fase da adolescência, pode provocar nos alunos um sentimento de que é possível experimentar, fazer uso e sair facilmente da drogadição.

Malheiros e Alves (2008), ao discorrerem sobre uma proposta pedagógica de prevenção ao uso indevido de drogas, mencionam a importância da inclusão do conhecimento científico sobre drogas na formação dos professores, pois, por geralmente apresentarem uma formação incipiente, os trabalhos tendem a ser acríticos, abordando a questão das drogas com base em crenças pessoais, culminando, muitas vezes, em preconceitos, discriminações e discurso proibicionista, fundamentado em repressão e medo.

Os autores criticam, também, quando essas intervenções apresentam um viés biológico, cujo foco principal é a descrição das drogas e seus efeitos danosos para o organismo, desconsiderando o contexto social, político, econômico, histórico, cultural, ético e religioso envolvido. Muitas vezes, com o pretexto de tratar as informações científicas sobre drogas, exageram nos efeitos, fatos são distorcidos, dúvidas científicas são tratadas como verdades e certezas das ciências são escamoteadas.

Por esta razão, a formação continuada para os professores é um importante recurso que pode contribuir no processo de prevenção ao uso indevido de drogas, além de considerar as informações trazidas pelos alunos, a fim de confrontá-las com o saber sistemático (MALHEIROS; ALVES, 2008).

Sexualidade e programas de prevenção às DSTs/AIDS

Em relação à sexualidade do adolescente atual, na maioria das vezes, encontra-se referências a uma vida sexual e afetiva desregrada, predominando relacionamentos efêmeros, ou seja, sem vínculos e compromissos. Estes estereótipos vêm sendo desconstruídos a partir de estudos sistemáticos da conduta sexual do jovem brasileiro, como o realizado por Heilborn et al. (2006), que investigaram esta conduta em três capitais brasileiras (Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador). Os resultados deste estudo evidenciam diversos modelos de trajetórias juvenis, dependendo das diferenças de gênero, de pertencimento social e especificidades regionais.

Na adolescência, as relações sexuais têm iniciado mais cedo (HEILBORN et al., 2006), no entanto, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1997), os mais baixos índices de uso de preservativo encontram-se entre 15 e 19 anos, e entre os 190.949 casos de Aids no

Brasil, no período de 1980 a 2000, 4.572 ocorreram na faixa etária entre os 10 e 19 anos. Ou seja, as relações sexuais estão ocorrendo mais cedo entre os adolescentes, porém, são poucos os que usam preservativo.

Na busca por compreender o que dificulta a prevenção às DSTs e à gravidez precoce, enfatizam-se as diferenças de gênero. Num sentido literal, gênero refere-se à organização social da relação entre os sexos, é uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. O conceito privilegia o exame dos processos de construção das distinções – biológicas, comportamentais ou psíquicas – percebidas entre homens e mulheres (SCOTT, 1995).

Em relação ao uso de preservativos, destaca-se que a relação assimétrica entre as moças e os rapazes dificulta a negociação do uso de preservativo. O uso da camisinha ou a solicitação ao parceiro para usá-la pode provocar situação de constrangimento na relação afetiva, podendo gerar desconfiança e o medo da perda do parceiro. Além disso, encontra-se nessas relações o modelo de masculinidade hegemônica composto de imagens fortemente valorizadas – como o machão –, ou de imagens estigmatizadas – como o homossexual passivo ou efeminado. Da mesma forma, as moças devem administrar os avanços masculinos se quiserem conservar uma reputação de moça de família ou de mulher honesta (HEILBORN, 2006).

E mesmo a perda da virgindade não sendo mais um atributo passível de estigmatização para as moças, ainda existe certa exigência de virgindade moral, que se apresente de uma forma passiva e ingênua em matéria sexual, o que torna difícil abordar questões da sexualidade ou de contracepção com o parceiro (BOZON et al., 2003 apud HEILBORN, 2006).

Entender amplamente como os adolescentes desenvolvem o comportamento sexual, – contemplando o pertencimento social dos indivíduos, sua visão de mundo, os padrões de gênero e o campo de possibilidades (profissionais, escolares ou afetivos) – favorece o desenvolvimento de aportes para as políticas públicas e a prevenção.

Uma das questões importantes a serem consideradas refere-se à ineficácia do controle da sexualidade adolescente, pois políticas voltadas para um modelo de regulação da vida sexual estão na contramão da tendência generalizada do mundo ocidental. Assegurar as condições necessárias à prática da sexualidade, mediante a oferta de contraceptivos e a proteção às DSTs, pode ser considerado melhor e mais realista do que ater-se à ideia da abstinência, buscando retardar o início da vida sexual dos jovens. Sendo indispensável,

reconhecer a existência e possibilitar o exercício da sexualidade feminina juvenil (HEILBORN et al., 2006).

Esta tentativa de controlar o comportamento sexual do adolescente dificulta o seu acesso ao uso do preservativo. Aliás, a escola ou a família notando que o adolescente possui o preservativo, também passam a ter o conhecimento de que o adolescente tem a expectativa ou já possui vida sexual ativa.

Por isso, é necessário facilitar o acesso ao preservativo, baixando o custo, disponibilizando-o nos programas, como também ajudando os adolescentes a superarem obstáculos sociais, culturais, pessoais e de negociação do uso de camisinha (BESERRA et al., 2008).

Os programas de educação sexual – os quais são centrados em torno da ideia de aprendizado como simples aquisição de informação, numa linguagem unidirecional, dogmática e autoritária – não são capazes de dar conta de fatores tais como classe social e gênero, que constroem o comportamento dos indivíduos. Já se sabe que informação não implica mudança de comportamento (HEILBORN et al., 2006).

A educação sexual não deve se limitar, também, a fornecer informações sobre o aparelho reprodutor e/ou sobre métodos disponíveis de prevenção às DSTs e à gravidez. Ampliar a visão de crianças e adolescentes de uma sexualidade mais múltipla e possível passa a desconstruir a ideia de uma norma social atrelada a uma vida reprodutiva (FURLANI, 2003).

Assim, cabe à educação sexual, acima de tudo, dirigir-se à formação dos jovens para o relacionamento entre homens e mulheres e para o convívio com a diversidade, seja de raça, seja de cultura, seja de orientação sexual. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância da formação dos educadores no sentido de serem capazes de abordar o tema desnaturalizando os estereótipos de gênero (PAIVA; AYRES; FRANÇA JUNIOR, 2004).

Proposta de formação direcionada a professores e alunos

Pressupõe-se que a escola exerça um papel fundamental na sociedade e que seja um espaço social significativo para o adolescente compartilhar suas experiências de vida, curiosidades, fantasias, dúvidas e inquietações sobre o que é de seu interesse, como sexualidade e drogas. No entanto, sabe-se que os educadores apresentam dificuldades em abordar estes temas com os seus alunos.

Por outro lado, a escola compartilha com os pais a responsabilidade pela educação – que inclui tratar de sexualidade e drogas –, uma vez que estes também se apresentam impotentes para lidar com o comportamento de seus filhos. Muitas vezes, estão travados pelos

conflitos geracionais, pois viveram num ambiente de repressão às manifestações sexuais e pouco diálogo sobre o uso de álcool e outras drogas com seus próprios pais.

Assim, diante do panorama cada vez maior de números de jovens com HIV/AIDS e usuários de drogas, está sendo desenvolvida uma multiplicidade de programas preventivos em vários cenários, incluindo a escola. Entretanto, quanto à epidemia da AIDS, segundo Parker (2000), a maior parte dos programas tende a se concentrar em respostas superficiais e técnicas, como disseminação de informações e material educativo.

Os projetos educativos a respeito do uso de drogas não se mostram diferente, focados em teorias psicológicas de mudança de comportamento individual, em vez de abordagens mais sociológicas, que possam intervir no âmbito das representações socioculturais, dos significados subjetivos e intersubjetivos que as pessoas sustentam acerca de seu comportamento.

Atualmente, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2000; 2002) propõe ações educativas grupais com adolescentes, defendendo metodologias participativas e problematizadoras para atuações preventivas a respeito da sexualidade, DSTs/AIDS e drogas. Este enfoque metodológico não visa à comunicação vertical do conhecimento pelos educadores, nem à transmissão de valores pessoais frente às drogas e sexualidade, mas sim à interlocução, estimulado por um discurso refletivo e não prescritivo, sem expressar modelos prontos de comportamentos e atitudes (JEOLÁS, 2010).

Entende-se por metodologia participativa e problematizadora, o emprego de métodos e técnicas que facilitem aos participantes do grupo vivenciar sentimentos e percepções sobre os temas abordados, possibilitando reflexões para possíveis mudanças. O objetivo é que os participantes reavaliem e deem novo significado a crenças e atitudes sobre temas específicos (MOSKOVICS; CALVETTI, 2008).

Tal método propicia partir da própria experiência e conhecimentos dos sujeitos e destes para a discussão, conscientização e ressignificação. A proposta é combinar a informação com a formação (vivência), indicando, assim, mudanças significativas tanto cognitivamente, quanto na postura. A informação genérica e impessoal não encontra ressonância entre as pessoas, mas quando usada numa vivência individual para transmitir a informação, torna-se pessoal e individualizada, aumentando a possibilidade de que seja ouvida e integrada (MAIA; GUIMARÃES; LOPES, 1993).

Partindo da perspectiva de que os professores, na maioria das vezes, não estão preparados para discutir estas temáticas, e assim, num diálogo com seus alunos, expõem “[...] valores mal colocados, banais, falsos e arditamente articulados.” (GUIMARÃES, 2006, p.12), salienta-se a importância de introduzir as metodologias participativas na formação continuada

de professores, para que eles mesmos possam refletir sobre seus próprios valores, crenças e atitudes. Conforme Siqueira (1999, p.79-84):

[...] Observei uma extrema conotação de valor ao que seja institucional por parte dos professores, que deixaram transparecer a estreita ligação disso ao modo como se posicionam com os alunos, com seus pares, com a comunidade.

[...] os mecanismos de reprodução das ideologias de gênero encontram na escola um meio fecundo, mas em contradição, nela pode ocorrer a oportunidade de reavaliação do que tem sido transmitido pela família ou outros grupos [...].

Neste sentido, faz-se imprescindível que educadores que irão trabalhar com prevenção nas escolas, quando necessário, reavaliem e ressignifiquem suas crenças, especialmente a respeito da sexualidade, pois somente ao reverem e adquirirem novos conceitos é que poderão auxiliar os adolescentes a refletirem, pois estes também, muitas vezes, tratam estas questões com preconceito e discriminação.

Além da formação continuada de educadores, tem se desenvolvido a proposta da formação de adolescentes para serem multiplicadores, objetivando a promoção de mudanças de atitudes deles próprios e de seus pares, propiciando, dessa forma, reflexão e escolhas mais saudáveis (SERRA; MOTA, 2000). Por meio deste tipo de ação, o adolescente amplia seu repertório interativo de forma construtiva e ativa em seu contexto escolar e comunitário; ocasião em que se torna o ator principal no processo de desenvolvimento (COSTA, 1999).

Os agentes multiplicadores podem ser os próprios alunos, professores, pais e a comunidade escolar. Tobler (1997), quanto à diminuição do uso de substâncias, menciona que quando os alunos são os agentes, os resultados são duas a três vezes superiores na redução deste consumo que as intervenções que utilizam o aprendizado passivo.

Segundo Serra e Mota (2000) o processo de mudanças ocorre em diferentes níveis. O primeiro seria o individual que, por meio da formação recebida, o adolescente poderá desenvolver a reflexão crítica num processo gradativo de apreensão de si e do mundo. Os conhecimentos prévios serão ampliados e discutidos, podendo mudar ideias preconcebidas. O segundo nível atingiria seus iguais, devido à forte tendência grupal que se experimenta nessa fase, levando-os a preferir informações vindas de outros adolescentes e a dividir os problemas e oportunidades entre eles. Outra constatação refere-se ao fato de que os jovens são influenciados por normas de reputação e comportamento prevalentes no grupo. O terceiro nível de mudanças estaria entre os profissionais de saúde e educadores, pois com a interação com o grupo de

adolescentes pode tornar-se uma fonte de aprimoramento de conhecimentos, para repensar e reorientar do trabalho. E, por último, os quarto e quinto níveis estariam na difusão de mudanças na comunidade e na constituição de políticas públicas favoráveis à saúde.

Diante destas possibilidades de mudança, pretende-se enfatizar o terceiro nível, com o objetivo de propor a união de educadores e alunos, no mesmo curso de formação continuada nas escolas. Assim, a discussão sobre as crenças e valores entre os jovens e educadores poderá amenizar “[...] o viés da diferença, do preconceito, da discriminação e da ignorância [...]” (GUIMARÃES, 2006, p.13).

Contrapor pensamentos e valores de jovens e educadores em cursos de formação continuada favorece o trabalho conjunto e a divisão de responsabilidades. Além de facilitar o processo de “falar a mesma língua” nos programas de prevenção, pois as diferenças já poderão emergir na formação, antes da execução do programa, tornando o educador mais preparado para trabalhar com os adolescentes.

Considerações finais

Com base na concepção da interconexão entre as condutas de risco e da compreensão destes comportamentos, não de uma forma individualizada, mas inseridos num contexto social, político, ético e religioso, sugere-se intervenções preventivas que transcendam o enfoque apenas em uma conduta de risco, propiciando reflexão e consciência da responsabilidade dos adolescentes para consigo e para os outros.

Mas, para que isto ocorra, é indispensável a formação de multiplicadores para o desenvolvimento da prevenção. A escola é um espaço excepcional para se trabalhar estas temáticas, entretanto, é necessário um envolvimento da comunidade escolar a este objetivo, por isso a importância de se desenvolver no ambiente escolar a formação não só somente de professores ou apenas dos alunos, mas incluí-los juntos nesta proposta, para que o compartilhamento de responsabilidades se expanda.

TRAINING OF MULTIPLIERS FOR PREVENTION OF DRUG USE AND NON-PROTECTED SEXUAL RETATION

ABSTRACT: *Much has been said about sexuality, AIDS and drugs in recent years. Teenagers have questions on these subjects and need to receive answers from Frank and simple way. However, the school environment and the people who make up most of the time, are not prepared to answer these questions, and even, through its speech, disclosing the*

gender stereotypes, prejudices and distorted information. It is in this sense, that if you want, in this work, discuss the formation of multipliers for preventing drug use and unprotected sex. From a theoretical study, proposes to examine briefly the development of programmes to prevent drug use, later the important issues that should be included in preventive projects STDs/AIDS and, finally, on the training of multipliers, which would be the own students and the teachers of the school, and that, therefore, could be United in the same project and a process of corresponsabilidades. Also glimpsed the possibility of contribution of participatory methodologies and problematizadoras in these training courses, so that participants can reflect on their own beliefs and values, facilitating the process of change and deconstruction of stereotypes.

KEYWORDS: *Drugs. Sexuality. Training of multipliers. Prevention in schools.*

Referências

ARATANGY, L. R. O desafio da prevenção. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p.36-59.

BESERRA, E. P. et al. Adolescência e vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis: uma pesquisa documental. **DST – Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, Fortaleza, v.20, n.1, p.32-35, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Projeto de apoio à sustentabilidade e gestão estratégica das políticas de controle do HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis AIDS III**. Brasília: Ministério da Saúde; 2002

_____. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **Manual de multiplicador: adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

_____. Ministério da Saúde. **Preservativo masculino**. Brasília: Secretaria da Assistência à Saúde, 1997.

CAMARA, S. G. Comportamentos de risco entre jovens. **Psico**, Porto Alegre, v.36, n.1, p.89-97, 2005.

CANOLETTI, B.; SOARES, C. B. Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v.9, n.16, p.115-129, 2005.

COSTA, A. C. G. O adolescente como protagonista. In: SCHOR, N.; MOTA, M. S. T.; BRANCO, V. C. (Org.). **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. p.75-79.

FARIAS JÚNIOR, J. C. et al. Comportamentos de risco à saúde em adolescentes no sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v.25, n.4, p.344-352, 2009.

FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J.; GOELLER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p.66-81.

- GUIMARÃES, I. R. F. Sexualidade e educação escolar: uma discussão teórica. In: FIGUEIRÓ, M. N. D.; RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Adolescência em questão**: estudos sobre sexualidade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p.9-25.
- HEILBORN, M. L. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M. L. et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p.29-59.
- HEILBORN, M. L. et al. Sexualidade juvenil: aportes para as políticas públicas. In: HEILBORN, M. L. et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p.399-417.
- JEOLÁS, L. S. O diálogo interdisciplinar na abordagem dos riscos: limites e possibilidades. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n.1, p.9-21, 2010.
- LARANJEIRA, R. et al. **I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007.
- MAIA, M. B.; GUIMARÃES, R. A.; LOPES, G. P. A (in)formação sexual do adolescente: uma nova proposta. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v.4, n.11, p.31-36, 1993.
- MALHEIROS, I. J. A.; ALVES, S. Uma proposta pedagógica sobre prevenção ao uso indevido de drogas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, 8.; CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS – CIAVE, 13., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008. p.11731-11746.
- MOSKOVICS, J. M.; CALVETTI, P. U. Formação de multiplicadores para a prevenção das DST/AIDS numa universidade espanhola. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.28, n.2, p.210-217, 2008.
- PAIVA, V.; AYRES, J. R.; FRANÇA JUNIOR, I. Expanding the flexibility of normative patterns in youth sexuality and prevention programs. **Sexuality research & social policy, Journal of NCRC**, San Francisco, v.1, n.1, p.1-15, 2004.
- PARKER, R. G. **Na contramão da AIDS**: sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: 34, 2000.
- PILLON, S.; O'BRIEN, B.; CHAVEZ, K. A. P. A relação entre o uso de drogas e comportamentos de risco entre universitários brasileiros. **Revista Latinoamericana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.13, p.1169-1176, 2005. Número especial.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.5-22, 1995.
- SERRA, A. S. L.; MOTA, M. S. F. T. Adolescentes promotores de saúde. In: RAMOS, F. R. S.; NITSCHKE, R. G. (Org.). **Projeto Acolher**: um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro. Brasília: ABEn/Governo Federal, 2000. p.56-60.

SIQUEIRA, M. L. **Educação e gênero**: uma leitura psicodramática. 1999. 112f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

TOBLER, N. Meta-analysis of adolescent drug prevention programs: results of the 1993 meta-analysis. In: BUKOSKI, W. (Org.). **Meta-Analysis of drug abuse prevention programs**. Bethesda: NIDA, 1997. p.5-68.